

# O Espectro da Pobreza

História, Cultura e Política em Portugal no Século XX



Frederico Ágoas e José Neves (organizadores)

# O ESPECTRO DA POBREZA

HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA EM PORTUGAL  
NO SÉCULO XX



LISBOA, 2016

© Frederico Ágoas e José Neves, 2016

Frederico Ágoas e José Neves (organizadores)

**O Espectro da Pobreza. História, Cultura e Política em Portugal no Século XX**

Primeira edição: novembro de 2016

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-56-3

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Imagem da capa: Fundo de Fotografia Aurélio da Paz dos Reis, *Peste [bubónica no Porto: Medidas de desinfeção por queima das habitações pelos Bombeiros]*, PT/CPF/APR/002933. Imagem cedida pelo

Centro Português de Fotografia

Revisão de texto: Ana Valentim Dias

Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: [editora.cies@iscte.pt](mailto:editora.cies@iscte.pt)

Site: <http://mundossociais.com>

# Índice

Notas biográficas.....	ix
<b>Introdução</b>	
<b>Para uma história da pobreza em Portugal.....</b>	<b>1</b>
<i>Frederico Ágoas e José Neves</i>	
<b>1 Da pobreza sagrada à mendicidade como desvio. A assunção pelo Estado do controlo social do mendigo-vadio .....</b>	<b>9</b>
<i>Susana Trovão</i>	
<b>2 Os médicos, a saúde pública e o Estado improvidente (1890-1926) .....</b>	<b>27</b>
<i>Maria Rita Lino Garnel</i>	
<b>3 Verdade, ideologia e violência nas primeiras fotografias do povo em Portugal: o realismo científico do Inquérito à Habitação Rural ....</b>	<b>59</b>
<i>Frederico Ágoas e Lais Pereira</i>	
<b>4 “A poesia dos simples”. Arte popular e nação no Estado Novo .....</b>	<b>81</b>
<i>Vera Marques Alves</i>	
<b>5 Recampear no Estado Novo. Propriedade, Estado e os seus sujeitos .....</b>	<b>105</b>
<i>Elisa Lopes da Silva</i>	
<b>6 “Portugal não é um país pobre”. Comunismo, poder e economia .....</b>	<b>125</b>
<i>José Neves</i>	
<b>7 A barraca pós-colonial. Materialidade, memória e afeto na arquitetura informal .....</b>	<b>139</b>
<i>Eduardo Ascensão</i>	

<b>8</b>	<b>A gourmetização da comida da pobreza. O <i>presidium Slow Food</i> do queijo Serpa .....</b>	<b>173</b>
	<i>Harry G. West e Nuno Domingos</i>	

## Notas biográficas

**Eduardo Ascensão** é investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Antropólogo urbano com doutoramento em Geografia, tem trabalhado sobre informalidade urbana, pós-colonialismo e migração em cidades de língua portuguesa. Entre as suas publicações encontra-se “The Slum Multiple: a Cyborg Micro-History of an Informal Settlement in Lisbon”, publicado em 2015 pelo *International Journal of Urban and Regional Research*.

**Elisa Lopes da Silva** é doutoranda em História (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História), no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre outros, publicou o artigo “Time to settle down: property, state and its subjects” na coletânea *The Making of Modern Portugal* (dirigida por Luís Trindade, Cambridge Scholars Publishing, 2013).

**Frederico Ágoas** é investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É bolsheiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/73985/2010). Entre outras publicações, é autor de “Science, state and society: the emergence of social research in Portugal”, em *The Making of Modern Portugal* (dirigida por Luís Trindade, Cambridge Scholars Publishing, 2013) e de “Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal” (*Análise Social*, 206, 2013).

**Harry West** é professor de antropologia na School of Oriental and African Studies, University of London, onde também dirige o SOAS Food Studies Centre. Entre outras publicações, é autor de *Kupilikula: O Poder e o Invisível em Mueda* (Imprensa de Ciências Sociais, 2009).

**José Neves** é professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. É autor de *Comunismo e Nacionalismo em Portugal — Política, Cultura e História no Século XX* (Tinta da China, 2008) e coordenou, entre outros, *Quem Faz a História: Ensaios sobre Portugal Contemporâneo* (Tinta da China, 2016).

- Lais Pereira** é investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É bolsista de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/89227/2012) com um projeto sobre “As representações fotográficas do povo no Portugal contemporâneo (1880-1960)”
- Maria Rita Lino Garnel** é doutorada em História Contemporânea (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), é colaboradora do IPRI-UNL. Entre os vários textos publicados, destacam-se *Vítimas e Violências na Lisboa da I República* (Coimbra, 2007), a coordenação científica da exposição e do catálogo *Corpo, Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República* (Lisboa, 2010) e, com João Luís Oliva, a coordenação de *Tempo e História: Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga* (Coimbra, 2015).
- Nuno Domingos** é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre outros livros, escreveu *Futebol e Colonialismo: Corpo e Cultura Popular em Moçambique* (Imprensa de Ciências Sociais, 2012).
- Susana Trovão** é professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. É autora, entre outros, de *O Estado Novo e os Seus Vadios: Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da Sua Repressão* (Publicações D. Quixote, 1997).
- Vera Marques Alves** é antropóloga e investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Colaborou nas obras coletivas *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal* (2003), *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX* (2010) e *Como Se Faz Um Povo* (2010). É autora de *Arte Popular e Nação no Estado Novo: A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional* (Imprensa de Ciências Sociais, 2013).

## Introdução

### Para uma história da pobreza em Portugal

*Frederico Ágoas e José Neves*

Na sua aceção mais corrente, de privação material, a pobreza remete para a sujeição física, individual ou coletiva, a uma situação de escassez. “Estado ou qualidade do pobre” que se define “pela pouca abundância” e “pela falta do necessário à vida”, segundo um dicionário comum.<sup>1</sup> A pobreza tende assim a ser resumida a uma categoria económica, sob a qual se projeta um sujeito definido pelas suas necessidades básicas. Não é a pobreza, com efeito, que normalmente define a escassez natural de uma sociedade primitiva, dita sem economia, mas a frugalidade (ou a fome). E é a figura do trabalhador (ou do seu inverso, desempregado) que normalmente subjaz àquele que se vê privado de subsistências – pelo menos mais do que aquele que renuncia à riqueza por motivos religiosos, por exemplo. O próprio facto de se perfilarem definições complementares ou alternativas do conceito aponta para o seu carácter circunstancial. Aproximações mais abrangentes à questão da pobreza opõem a noção de “bem-estar” ao que consideram ser o economicismo estrito (e o naturalismo implícito) veiculado pelas ideias de “necessidades básicas” ou “subsistências”. E conceitos como “desigualdades” ou “privação relativa” contestam o essencialismo que subjaz às duas conceções anteriores. Em cada uma delas, como nesta, repercutem-se certamente investimentos subjetivos, de quem fala. Mas a polissemia do termo indicia também a natureza histórica do próprio problema.

Não há, de facto, como negar a historicidade objetiva da pobreza nem, tão pouco, a sua natureza contextual. Foi o que Alexis de Tocqueville percebeu e procurou explicitar na sua *Memoir on pauperism* (1835), onde explicou a contradição aparente de haver à data mais indigentes em Inglaterra, um país rico, do que em Portugal, um país pobre. Segundo o sociólogo francês, o paradoxo radicava na ocorrência de um novo tipo de pobreza – o pauperismo – específico de sociedades avançadas que, pelo seu próprio desenvolvimento, expunham uma fração cada vez maior de indivíduos (retirados aos campos) às vicissitudes do mercado e transformavam em necessidades efetivas um número crescente de

---

1 “Pobreza”, em *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/pobreza> (consultado em 25-04-2015).

confortos, originalmente supérfluos. Tocqueville ia mesmo mais longe, parecendo sugerir que esta nova pobreza era agravada pela percepção generalizada da privação relativa, pelo menos por motivar a instituição de medidas públicas destinadas a combatê-la, enquanto tal; medidas que, segundo ele, não contribuiriam senão para o aumento do número daqueles que, acometidos pela preguiça, se tornariam assim incapazes de prover o seu sustento.

Independentemente da apreciação que nos mereça o juízo de Tocqueville acerca das representações coletivas sobre o tópico ou em torno dos efeitos nefastos da “caridade pública”, é lícito afirmar que, às causas estruturais da pobreza – chamemos-lhes assim – e à sua variação histórica, o sociólogo somava-lhe determinantes sociais e políticas. O gesto de Tocqueville permite-nos pois recuperar, na época da sua emergência, o advento de um novo tipo de pobreza característico da modernidade e, simultaneamente, o aparecimento de novas leituras do problema que vieram somar-se a outras então disponíveis que, distinguindo-o da indigência ou da mendicidade e reportando-o ao lote comum da população, o vinham concebendo como sortilégio divino e condição natural – como, por exemplo, no *Ensaio sobre o Princípio da População*, publicado cerca de 40 anos antes pelo clérigo inglês Thomas Malthus. No texto de Tocqueville, todavia, pelo menos por explicitar ficava o quanto as suas próprias palavras sobre o tema eram já parte da mesma equação, vinculando determinada percepção da pobreza e, na sua aparente neutralidade analítica, veiculando um discurso político acerca da assistência oficial. De facto, não custa admitir que os camponeses portugueses de oitocentos tivessem uma percepção diferente da de Tocqueville; e que o entendimento que o sociólogo fazia do nexo entre assistência oficial e pauperismo encontrasse oposição entre os desempregados ingleses da época. Diga-se, aliás, que a própria designação do problema, derivada por terceiros do termo *pauper*, utilizado para nomear o beneficiário da ajuda pública, apontava desde logo para a identificação do pobre com o assistido.

É justamente para a indissociabilidade entre o problema da pobreza (a sua incidência objetiva e as diferentes formas que assumiu) e os investimentos práticos e simbólicos que sobre ele se projetam que alguns trabalhos mais recentes nos têm alertado. Com efeito, parte da historiografia internacional sobre o tema tem vindo a explorar a forma como a emergência de uma nova pobreza na Europa contemporânea se cruzou com a renovada intervenção social da parte dos Estados e, ainda, com a produção de novo conhecimento científico, pela designada economia social ou pela sociologia emergente, por exemplo, e de novas representações culturais e artísticas acerca do tópico. Veja-se a este respeito a obra seminal de Giovanna Procacci (1993), *Gouverner la Misère: La Question Sociale en France 1789-1848*, livro em que os temas da pobreza, das práticas de governo e da produção de saberes foram analiticamente articulados, a caminho de uma história da emergência da questão social na França pós-revolucionária. E consideremos também trabalhos mais recentes que contribuem para a história da problematização da pobreza pelas ciências sociais, como sucede em *Poverty Knowledge: Social Science, Social Policy and the Poor in Twentieth-Century US History*, de Alice O'Connor (2001), ou pela filosofia e pela literatura, como em *Untimely Beggar: Poverty and Power from Baudelaire to Benjamin*, de Patrick Greaney

(2008).<sup>2</sup> Alice O'Connor mostra em detalhe como ao longo do século XX o conhecimento acerca da pobreza produziu e sancionou toda uma gama de entendimentos sobre o fenómeno e, na sua generalidade, manteve inquestionados os pressupostos liberais que, ainda no século XIX, começaram por enformá-lo; por sua vez, Patrick Greaney revela como o empobrecimento foi literária e filosoficamente trabalhado por diferentes autores que, de modos diversos, encontraram nas situações de destituição um potencial de libertação subjetiva e transformação política.

Em Portugal, a pobreza tem sido objeto de estudos realizados no âmbito da história medieval e moderna, de que o mais recente exemplo é *O Poder e os Pobres: as Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, de Laurinda Abreu. A um outro nível, e no atual contexto de crise económica, o tópico tem animado também importantes desenvolvimentos na área da sociologia e da economia, consubstanciados por exemplo na instituição de um Observatório das Desigualdades, com sede em Lisboa, e de um Observatório sobre as Crises e Alternativa, com sede em Coimbra.<sup>3</sup> Todavia, o tema da pobreza não tem motivado um interesse análogo junto dos historiadores que se ocupam do período contemporâneo, quanto mais a variedade de perspetivas analíticas a que acima aludimos. Neste âmbito é possível referir os contributos de uma certa história económico-social, na sequência dos trabalhos fundadores de Miriam Halpern Pereira (1980), onde o estudo dos níveis de vida e padrões de consumo da população começou por ser convocado pela problemática do desenvolvimento das estruturas produtivas; ou, de modo igualmente assessorio, contributos provenientes de uma história do movimento operário que, na senda dos trabalhos pioneiros de Manuel Villaverde Cabral (1977), desenvolve uma história da luta de classes que procura inquirir as condições de vida e de trabalho da classe operária, não se confinando a uma história das suas organizações.<sup>4</sup>

As razões para esta lacuna historiográfica são múltiplas. Não lhe será estranha, por exemplo, que em Portugal os historiadores do período contemporâneo venham dedicando menor atenção ao social do que ao político, ao económico ou ao cultural. Mesmo num estudo tão relevante como o que Fátima Patriarca (1995) dedicou à questão social no salazarismo, é a perspetiva institucional que assume centralidade. De resto, e sintomaticamente, as histórias gerais que se referem expressamente ao tópico ou que procuram caracterizar a vida social nos campos e nas cidades durante a primeira metade do século XX recorrem sistematicamente a trabalhos sociológicos contemporâneos, como *Le Portugal Inconnu* (1910), de Leon Poincard, e *Le Portugal: La Vie Sociale Actuelle* (1935), de Paul Descamps, ou ao *Inquérito à Habitação Rural* (1943, 1947), organizado por Eduardo Lima Basto e Henriques de Barros, e outros

---

2 No mesmo sentido de O'Connor, veja-se: Janet Horne (2001), *A Social Laboratory for Modern France: The Musée Social and the Rise of the Welfare State*, Durham, Duke University Press; Grace Davie (2015), *Poverty Knowledge in South Africa: A Social History of Human Science, 1855-2005*, Cambridge, Cambridge University Press. E para outro exemplo no campo artístico, veja-se: Georges Didi-Huberman (2012), *Peuples Exposés, Peuples Figurants*, Paris, Les Editions de Minuit.

3 <http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/>; <http://observatorio-das-desigualdades.com>.

4 A este respeito ver Baptista (2016) e Dias (2013).

trabalhos do Instituto Superior de Agronomia (e.g. Rosas, 1994: 48-59). Na verdade, entre as poucas investigações que se dedicaram especificamente à questão da pobreza em Portugal no decurso do século XX, algumas realizaram-se justamente no prolongamento de linhas de pesquisa que começaram por debruçar-se sobre o período moderno e sobre a ação dos poderes públicos e privados que se ocuparam do problema, como a Intendência de Polícia e as Misericórdias – estas últimas, como se sabe, de extrema relevância no caso português; e, outras, no quadro de uma análise socioeconómica da presente situação. Entre as primeiras conta-se o projeto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenado pelo modernista José Pedro Paiva (2002) e em que participaram historiadoras como Laurinda Abreu, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá. E entre os segundos encontramos, desde logo, os trabalhos realizados por Carlos Farinha Rodrigues (2008), na esteira de economistas como Manuela Silva e Alfredo Bruto da Costa.<sup>5</sup>

Sem prejuízo destas lacunas e da necessidade de supri-las, está também por inquirir de forma abrangente e articulada em que medida e de que maneiras a privação objetiva no período contemporâneo se articulou com os aspetos políticos e as representações sociais de que foi sendo alvo e a que o texto de Tocqueville se refere, e ainda o modo como práticas culturais de que o tópico foi objeto, no domínio das artes ou da ciência, se intercetaram com a perceção do fenómeno e com as medidas que no período contemporâneo lhe foram dirigidas da parte do Estado, da Igreja e de outros intervenientes relevantes. E é neste contexto que deve ser atendida a compilação de textos que se segue, que começou por ser motivada pelo trabalho que fizemos no quadro do projeto artístico e da exposição correspondente *O Tempo e o Modo – Para Uma História da Pobreza em Portugal* (2015), apoiado pela Direção Geral das Artes e dirigido por Paulo Mendes e Emília Tavares, a quem queremos agradecer muito vivamente o interesse com que acolheram a nossa colaboração científica; e que procura dar expressão a preocupações apuradas no quadro de um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, desenvolvido no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e intitulado *A Formação do Poder de Estado em Portugal: Processos de Institucionalização de 1890 a 1986* [PTDC/HIS-HIS/104166/2008].

Não se trata, naturalmente, de suprir a lacuna identificada, desígnio que extravasa em muito as possibilidades inscritas no contexto de produção deste livro, nos termos a que acabámos de fazer menção. Trata-se, isso sim, de reunir alguns dos diferentes estudos que no âmbito dos projetos em causa nos permitiram pensar e evocar o carácter multifacetado do problema da pobreza e que podem constituir, no seu todo, um primeiro ponto de apoio a um programa de pesquisa de maior fôlego e, nalguns casos, um pouco mais do que isso, deixando desde já entrever tendências gerais para o período. Com efeito, entre as sucessivas declinações de que o problema em causa se reveste em Portugal entre finais do século XIX e inícios do século XX, é possível apontar a passagem (ou pelo menos o desdobramento) de

---

5 De Manuela Silva e Bruto da Costa, ver, desde logo: *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Edição Cáritas (Costa e Silva, 1985).

uma conceção sagrada da pobreza, que se estende daquele que beneficia da caridade àquele que a pratica, considerado abençoado, a uma configuração da mendicidade como desvio, no âmbito do controlo social exercido pelo Estado, no dealbar do regime salazarista. Isto mesmo nos é dado a ver no principal trabalho historiográfico dirigido especificamente ao estudo da pobreza na época contemporânea e que, não por acaso, foi realizado por uma autora proveniente de uma área disciplinar exterior à História. Referimo-nos a *O Estado Novo e os Seus Vadios*, da antropóloga Susana Trovão (1997), um trabalho de análise da formação de identidades marginais em torno de figuras como o vadio e de que neste livro reproduzimos um capítulo inicial, intitulado “Da pobreza sagrada à mendicidade como desvio: a assunção pelo Estado do controlo social do mendigo-vadio”.

Ora, em complemento da perspetiva político-institucional que vigora no trabalho de Trovão, as investigações que aqui reunimos procuram sinalizar a variedade de abordagens suscetíveis de serem prosseguidas no âmbito de uma história da pobreza em Portugal. A este respeito, quisemos antes de mais sublinhar a necessidade de compreender a pobreza na sua relação com a produção de saberes científicos como a saúde pública, a economia ou a sociologia, eles próprios relacionados com a imposição de políticas públicas, e com manifestações artísticas contemporâneas, como a fotografia. É com este propósito que decidimos publicar os textos de Rita Garnel (“Os médicos, a saúde pública e o Estado improvidente, 1890-1926”) e de Frederico Ágoas e Lais Pereira (“Verdade, ideologia e violências nas primeiras fotografias do povo em Portugal”), também eles debruçados sobre o Portugal de finais do século XIX e inícios do século XX, e que, juntamente com o contributo de Trovão, pretendem sugerir – além da variedade de discursos (escritos e visuais) que fizeram da pobreza objeto – os diferentes campos semânticos em que o problema foi sendo divisado, de ordem fisiológica, moral e económico-social.

Em contrapartida, quisemos também situar o problema da pobreza como eixo determinante dos projetos políticos orientados para o governo do país. Elegendo o período do Estado Novo como intervalo, tratamos, porém, de compreender as especificidades do regime e das décadas de ditadura num marco histórico mais amplo, conforme proporcionado por três textos. Da antropóloga Vera Marques Alves, o artigo “A poesia dos simples: arte popular e nação no Estado Novo” debruça-se sobre o trabalho de produção de uma identidade portuguesa de matriz pastoral, um dos vetores da ação de António Ferro à frente do Secretariado de Propaganda Nacional, e alerta para a necessidade de compreendermos a representação de um Portugal rural como elemento de um circuito internacional de consumo do que se dava a ver como culturalmente próprio, autêntico e natural. Por sua vez, o texto da historiadora Elisa Lopes da Silva, “Recampenisar no Estado Novo: propriedade, Estado e os seus sujeitos”, debruçando-se sobre uma entidade criada no Estado Novo, a Junta de Colonização Interna, trata de compreender a lógica das propostas de colonização do território metropolitano, que visavam objetivar e harmonizar a população e o território, à luz do processo de construção e de consolidação das técnicas e das racionalidades do Estado moderno, extravasando os limites da cronologia do regime salazarista. Já o texto “Portugal não é um país pobre – comunismo, poder e economia”, de José Neves, submetendo a análise histórica uma frase frequente no discurso

da oposição comunista ao regime, aponta as implicações tanto das lutas de classes do Portugal dos anos de 1940 como da viragem pós-colonial do mundo do segundo pós-guerra no desenvolvimento de um nacionalismo económico de pendor socialista, que em parte adquiriria forma constitucional depois da Revolução de Abril de 1974.

Finalmente, quisemos ainda assinalar a necessidade de proceder a uma investigação dirigida não apenas ao estudo das políticas, do conhecimento e das representações da pobreza, mas também interessada na experiência subjetiva do fenómeno. Trata-se aqui, por um lado, de seguir a revalorização da experiência enquanto categoria historiográfica, tal como foi há largas décadas promovido na obra de E. P. Thompson (2008), que conferiu densidade moral aos protagonistas dos chamados motins de subsistência. Mas trata-se também de seguir a pista de trabalhos especificamente dirigidos ao tema da pobreza, orientados para a análise de modernas estratégias de sobrevivência engendradas pelos pobres – veja-se, por exemplo, dirigido por Laurence Fontaine e Jürgen Schlumbohm, o volume *Household Strategies for Survival, 1600-2000: Fission, Faction and Cooperation* (2010) – ou preocupados em dar conta de uma perspetiva popular do passado – como em *A People's History of Poverty in America*, de Stephen Pimpare (2008). Estes e outros contributos permitem contrariar não apenas a tendência para uma história da pobreza que, ignorando a agencialidade dos pobres, os atenha à condição de vítimas, mas também a vaga de estudos que, na senda dos trabalhos do antropólogo Oscar Lewis (1959), os confinam a uma identidade cultural particular.

No caso português, contudo, foi no cruzamento entre a geografia e a antropologia que encontrámos um estudo sugestivo de uma tal sensibilidade analítica à experiência da pobreza. No texto de Eduardo Ascensão que aqui reproduzimos, intitulado “A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afeto na arquitectura informal”, aponta-se o modo como processos de subjetivação de habitantes de um bairro clandestino na periferia de Lisboa se materializaram na construção e remodelação das suas próprias barracas ao longo dos anos. Eduardo Ascensão procura assim resgatar a experiência da pobreza da condescendência presente, por exemplo, em algumas análises denunciadoras das desigualdades económico-sociais. Embora realizadas em nome da melhoria das condições de vida dos pobres, tais análises – de que a obra *Planet of Slums*, do geógrafo Mike Davis, é exemplar – tendem a tornar invisível a espessura cultural dos próprios sujeitos da pobreza.

De forma complementar, encerramos a nossa seleção de textos enfatizando a necessidade de tomar distância em relação aos efeitos de romantização da própria experiência da pobreza, a qual tem operado, de forma mais evidente, nos efeitos exotizantes promovidos por processos de mercantilização da “tradição”, do “rural” ou do “antigo”. É uma tal atitude preventiva que encontramos preconizada em “A gourmetização da comida da pobreza: o *presidium Slow Food* do queijo Serpa”, trabalho antropológico de Harry West e de Nuno Domingos, onde, a partir de um estudo de caso em torno da produção de queijo em Serpa, é lançado um olhar desapassionado sobre o movimento *Slow Food*. Simultaneamente, acrescente-se, este texto expõe o vínculo entre dinâmicas locais/nacionais, que se dão como prova de uma cultura própria, e circuitos mercantis internacionais, como se um mesmo produto

se constituísse simultaneamente enquanto bem constituinte de uma identidade cultural e mercadoria de troca de uma economia global. Uma vinculação que, enfim, é também sugerida no trabalho de Vera Marques Alves antes referido e que, como outras recorrências ou transformações nas formas de declinar o problema da pobreza, se torna certamente mais visível à luz do itinerário histórico-sociológico que, aqui, não podemos senão limitarmo-nos a sugerir.

### Referências bibliográficas

- Baptista, Virgínia (2016), *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943*, Lisboa, ICS.
- Barros, Henrique de (1947), *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Basto, E. A. Lima, e Henrique de Barros (1943), *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A Habitação Rural Nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Cabral, Manuel Villaverde (1977), *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença.
- Costa, Alfredo Bruto da, e Manuela Silva (1985), *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Edição Cáritas.
- Descamps, Paul (1935), *Le Portugal. La Vie Sociale Actuelle*, Paris, Firmin-Didot et Cie.
- Fontaine, L. e J. Schlumbohm (coords.) (2000), *Household Strategies for Survival, 1600-2000: Fission, Faction and Cooperation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Greaney, Patrick (2008), *Untimely Beggar: Poverty and Power from Baudelaire to Benjamin*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Lewis, Oscar (1959), *Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*, Nova Iorque, Basic Books.
- O'Connor, Alice (2001), *Poverty Knowledge: Social Science, Social Policy, and the Poor in Twentieth-Century US History*, Princeton, Princeton University Press.
- Paiva, José Pedro (coord.) (2002), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, oito volumes, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas.
- Patriarca, Maria de Fátima (1995), *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pereira, Joana Dias (2013), *A Produção Social da Solidariedade Operária: o Caso de Estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, tese de doutoramento em História, FCSH-UNL.
- Pereira, Miriam Halpern (1980), *Política e Economia em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Horizonte.
- Pimpare, Stephen (2008), *A People's History of Poverty in America*, Nova Iorque, The New Press.
- Poinsard, Léon (1910), "Le Portugal inconnu. I. Paysans, marins et mineurs", *La Science Sociale*, fasc. 67 e 68

- Poinsard, Léon (1910a), "Le Portugal inconnu. II. L'industrie, le commerce et la vie Publique", *La Science Sociale*, fasc. 74 e 75.
- Procacci, Giovanna (1993), *Gouverner la Misère: La Question Sociale en France 1789-1848*, Paris, Editions du Seuil.
- Rodrigues, Carlos Farinha (2008), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos Anos 90*, Coimbra, Almedina.
- Rosas, Fernando (1994), "O Estado Novo (1926-1974)", em José Mattoso (coord.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Thompson, E. P. (2008), *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*, Lisboa, Antígona.
- Tocqueville, Alexis (1968), "Memoire on pauperism", em Seymour Drescher (coord.), *Tocqueville and Beaumont on Social Reform*, Nova Iorque, Harper Torchbooks, pp. 1-27.
- Trovão, Susana (1997), *O Estado Novo e os Seus Vadios*, Lisboa, Dom Quixote.